

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA**  
**REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA**  
(do Sr. Deputado Luiz Alberto)

Solicita a realização de audiência pública, organizada pela Comissão de Educação e Cultura, sobre os cursos comunitários para estudantes negros de preparação ao exame de ingresso no ensino superior.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, em especial o art. 32 do RICD, solicito a realização de audiência pública, organizada pela Comissão de Educação e Cultura, sobre os cursos comunitários de preparação ao exame de ingresso no ensino superior para estudantes negros

**Justificação**

A formação de nível superior de homens e mulheres negros têm sido uma das principais preocupações de ativistas e pensadores ligados ao movimento negro brasileiro. Uma série de fatores, tanto de ordem educacional como de ordem econômica, atuam de forma a impedir que estudantes negros tenham acesso aos bancos universitários. Em sua maioria esses estudantes cumprem uma trajetória escolar em escolas públicas nos ensinos fundamental e médio. É importante ressaltar que apesar da qualidade que podem oferecer, as escolas públicas de nível médio não concentram seus esforços na preparação do alunado para os competitivos exames vestibulares. Sabemos todos da indústria dos cursos preparatórios para o vestibular, os chamados cursinhos pré-vestibulares, cujas mensalidades são tão ou mais caras do que os cursos regulares. Além disso, muitos estudantes negros passam a conciliar, ainda bastante jovens, a frequência à escola com a participação em alguma atividade de geração de recursos para si próprios e suas famílias.

Nesse contexto, a sociedade civil organizada se adiantou às alternativas oferecidas pelo enrijecido sistema educacional e há cerca de 20 anos tem organizado cursos de preparação para estudantes negros que desejam prestar o exame vestibular. Desde a iniciativa pioneira da Cooperativa Steve Biko, fundada em Salvador, BA, em 1983 e os Pré-Vestibulares para Negros e Carentes, criados no Rio de Janeiro, RJ, iniciativas similares têm se alastrado por todo o país. A organização Quilombos Educacionais, por exemplo,

atualmente congrega diversos núcleos voltados para a preparação de negros de baixa renda para o vestibular no estado da Bahia.

Tais cursos em geral funcionam com base no trabalho voluntário de estudantes universitários ou profissionais formados, atualmente, vários deles egressos desses mesmos cursos, para aqueles em fase de preparação para o vestibular. Trata-se, de fato, de um gigantesco movimento de baixo para cima que forçou uma certa abertura dos portões da universidade e colocou em cheque a instrumentalidade daquela instituição como peça fundamental na reprodução da exclusão social e racial no Brasil. Em vários sentidos, foram os pré-vestibulares de base comunitária que deram rosto às estatísticas, sobejamente conhecidas dos estudiosos, que indicam a inequívoca desigualdade racial que grassa nos campi universitários brasileiros. Pode-se mesmo dizer que os pré-vestibulares organizados pela sociedade civil foram um fator decisivo na adoção de programas de reserva de vagas, que começam a ser implementados em algumas universidades públicas do nosso país.

Deverão participar da referida audiência líderes comunitários e educadores ligados aos pré-vestibulares comunitários, especialistas no tema e autoridades educacionais.

Esperamos que esta Comissão envolva-se com esta agenda de debates. Certamente será uma contribuição de mais alta relevância para a discussão de temas educacionais e de inclusão social na sociedade brasileira.

Sala das Sessões, em 06 de abril de 2005.

**LUIZ ALBERTO**  
**Deputado Federal – PT/BA**